



Terras
do Côa

da Malcata ao Reboredo

os valores do Côa

Ficha Técnica

Título

Terras do Côa / da Malcata ao Reboredo
Os Valores do Côa

Promotor e Editor

Estrela-Côa – Agência de Desenvolvimento Territorial da Guarda

Concepção e Coordenação

Parque Arqueológico Vale do Côa

Fotografia e Secretariado

Centro Nacional de Arte Rupestre

Edição co-financiada por

Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Côa (PROCÔA)
Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional (PPDR)

Design Gráfico

José Luís Madeira

Execução

SerSilito - Empresa Gráfica, Lda./Maia

Tiragem

1500 exemplares

Depósito legal

124831/98

ISBN

972-97832-0-9

1998

Fotografia da capa

Gravura rupestre de 1944, Foz do Rego da Vide, Vale do Côa (CNART)

Terras do Côa Da Malcata ao Reboredo

COORDENAÇÃO:

Alexandra Cerveira Pinto S. Lima

FOTOGRAFIA:

Manuel Almeida

AUTORES:

ALEXANDRA CERVEIRA PINTO S. LIMA

Mestre em Arqueologia (Instituto de Conservação da Natureza, colaboradora do Parque Arqueológico Vale do Côa)

ANA MARGARIDA CARVALHEIRA

Mestre em História de Arte

ANTÓNIO FAUSTINO DE CARVALHO

Mestre em Pré-História e Arqueologia (Parque Arqueológico Vale do Côa)

ANTÓNIO MARTINHO BAPTISTA

Arqueólogo (Director do Centro Nacional de Arte Rupestre)

FERNANDO MAIA PINTO

Arquitecto (Director do Parque Arqueológico Vale do Côa)

FRANCISCO SANDE LEMOS

Doutorado em Pré-história e História da Antiguidade (Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho)

GASPAR MARTINS PEREIRA

Doutorado em História Contemporânea (Professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; coordenador do Grupo de Estudos Históricos da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto - GEHVID)

GONÇALVES GUIMARÃES

Mestre em Arqueologia (Director da Casa Municipal de Cultura/Solar Condes de Resende, V.N.Gaia; assistente convidado da Universidade Portucalense Infante D. Henrique)

HELOÍSA SANTOS

Arqueóloga (investigadora do GEHVID)

ISABEL ALEXANDRA LOPES

Arqueóloga (Casa do Infante/Câmara Municipal do Porto; investigadora do GEHVID)

ISABEL MARIA FERNANDES

Bolseira de Doutoramento do Praxis XXI / Universidade do Minho

JORGE ARGÜELLO

Doutorado em História (pela Univ. de Oviedo) e bolseiro de pós-Doutoramento da *Fundación para el Fomento de la Investigación Científica Aplicada y Técnica del Principado de Asturias*

JORGE FORTUNA

Ecólogo (colaborador do Gabinete Municipal de Arqueologia e História da Câmara Municipal de Matosinhos)

LAURA CASTRO

Mestre em História de Arte (Departamento de Museus e Património da Câmara Municipal do Porto)

MARCOS OSÓRIO

Arqueólogo (Câmara Municipal do Sabugal)

MIGUEL AREOSA RODRIGUES

Mestre em Arqueologia (Instituto Português do Património Arquitectónico/Porto; investigador do GEHVID)

PAULA BARREIRA ABRANCHES

Arqueóloga (investigadora do GEHVID)

PAULO DORDIO

Mestre em Arqueologia (Casa do Infante/Câmara Municipal do Porto; investigador do GEHVID)

RICARDO TEIXEIRA

Mestre em Arqueologia (Casa do Infante/Câmara Municipal do Porto; investigador do GEHVID)

SUSANA COSME

Arqueóloga (Casa do Infante/Câmara Municipal do Porto; investigadora do GEHVID)

SUZANA FARO

Pós-Graduada em Museologia (Responsável pelo Museu da Indústria Têxtil, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão)

THIERRY AUBRY

Doutorado em Arqueologia (pela Univ. de Bordéus) (Parque Arqueológico Vale do Côa)

Sumário

Introdução	7	CAPÍTULO III	
CAPÍTULO I		CONSTRUÇÃO E ESPAÇO SAGRADO:	
CENTROS DE POVOAMENTO:		UM PERCURSO PELA ARQUITECTURA RELIGIOSA	
UM PERCURSO PELAS VILAS MEDIEVAIS		Património Religioso Edificado e Arte Sacra.	
Notas de viagem pelas vilas do Riba Côa e algumas vilas no Riba Douro	15	Registo de ocorrências discretas	103
I – Quatro antigas vilas que guardavam o Douro:		<i>O Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Aguiar</i>	117
Freixo de Espada à Cinta, Mós, Urros e Alva	15		
II – No final do século XIII a aldeia de Torre de Moncorvo		CAPÍTULO IV	
substituiu a vila de Santa Cruz da Vilarça	18	SABERES TRADICIONAIS: O BARRO, O FERRO E A SEDA	
III – Vila nova do rei D. Dinis na foz do rio Côa	22	A Olaria	135
IV – Vila Velha de Numão - Um projecto de investigação		– A olaria de Felgar / Larinho	136
arqueológica em curso	24	– A olaria de Santa Comba / Barreira	137
V – Três Comendas Velhas da Ordem de Cristo:		A Olaria de Malhada Sorda	141
Longroiva, Muxagata e Meda	30	O trabalho do ferro	144
VI – Da «cidade» romana dos Aravi à vila medieval e moderna		Olhares sobre a seda nas terras do Côa	151
de Marialva	32		
VII – Da <i>penela</i> alto medieval de «Moraria» à vila fortificada		CAPÍTULO V	
de Moreira de Rei	36	TERRAS DO CÔA: DOMINANDO A PAISAGEM	
VIII – A vila de Trancoso onde D. Dinis festejou as bodas do casamento		Património Natural do Vale do Côa: uma abordagem	163
com D. Isabel de Aragão	38	Senhora do Castelo de Urros	166
IX – Castelo Melhor e Almendra: duas vilas do reino de Leão		Senhora do Castelo da Adeganha	168
que passaram a ser uma só no Reino de Portugal	41	Senhora dos Montes Ermos	170
X – A vila leonesa de Castelo Rodrigo, a vila portuguesa de Pinhel		Marialva	173
e o passo do Côa na Ponte Velha	43	Sabugal Velho	174
XI – A vila medieval de Almeida sob a praça militar de fronteira		Caria Talaia	176
dos séculos XVII e XVIII	51	Sortelha	178
XII – A vila leonesa de Castelo Bom, a vila portuguesa de			
Castelo Mendo e o passo do Côa no Porto de S. Miguel	55	CAPÍTULO VI	
XIII – Duas pontes do Côa no caminho entre três vilas leonesas		TERRAS DO BAIXO CÔA:	
e duas vilas portuguesas	59	PERCURSOS DA INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA	
		As gravuras, a beleza e a liberdade	183
CAPÍTULO II		O povoamento paleolítico da bacia do baixo Côa	184
O APROVEITAMENTO DE RECURSOS E A CONSTRUÇÃO		Do fim do Paleolítico à aquisição da Escrita no Baixo Côa	190
DA PAISAGEM: UM PERCURSO PELAS QUINTAS		A arte do Côa e Alto Douro e o Centro Nacional de Arte	
Apontamentos sobre a Vinha e o Vinho no Douro Superior	77	Rupestre (CNART)	196
O Côa, as quintas e o povoamento romano subjacente	85	Ler na Paisagem Contemporânea Paisagens Medievais e Modernas	202
– As Quintas	85	Das Escavações arqueológicas ao Museu de Sítio da Ervamoira:	
– Quintas, <i>villae</i> e povoamento em época romana	87	um programa global de investigação multidisciplinar	205
– Outras modalidades do povoamento romano	90	Projecto de Investigação Arqueológica do Território do Monte	
– Percursos	92	do Castelo (Almendra)	209



Capítulo VI

Terras do Baixo Côa: percursos da investigação arqueológica

Fernando Maia Pinto
Thierry Aubry
António Faustino de Carvalho
António Martinho Baptista
Alexandra Cerveira Pinto S. Lima
Gonçalves Guimarães
Susana Cosme

LER NA PAISAGEM CONTEMPORÂNEA PAISAGENS MEDIEVAIS E MODERNAS

Os espaços dotados de um estatuto particular de protecção, sejam as Áreas Protegidas sob tutela do Instituto da Conservação da Natureza (Ministério do Ambiente) seja, no caso vertente, o Parque Arqueológico do Vale do Côa, dependente do Instituto Português de Arqueologia (Ministério da Cultura), são áreas privilegiadas para o estudo da formação da paisagem nas suas várias componentes: núcleos povoados e relação com o relevo e rede hidrográfica; rede viária e a forma como conduz de um lugar habitado a outro e de cada um deles aos vários recursos que o território oferece; área agricultada e sua relação com a área de monte, de pastagens ou florestada. Escapando em grande medida à pressão demográfica dos centros urbanos e suas periferias e ao furor construtivo – ainda que não alheias à tensão imobiliária que se faz sentir em Portugal de uma forma muito viva nas últimas décadas – obedecendo, ao menos em tese ou em projecto, a planos de ordenamento em vigor ou em elaboração que travam algumas mutações de maior monta, a paisagem escapa com mais facilidade à *transformação do rural em urbano* que se generaliza noutros pontos do território. No entanto, a própria classificação como áreas dotadas de regime especial de protecção introduz alterações de relevo. Entendidos como espaços de lazer, defrontam-se com a magna questão de como gerir a procura turística. E se o turismo é erigido em recurso primacial e quase exclusivo, fonte indispensável de receitas face à ruptura dos anteriores sistemas de subsistência de raiz agro-pastoril, contém as mais das vezes uma contradição e um desvirtuamento essenciais: sendo espaços procurados pela sua feição não urbana, pela sua ligação ao mundo rural e natural o facto de, em tantos casos, terem perdido ou estarem em vias de perder anteriores utilizações, correspondentes a um dado modo de vida que ordenou essas áreas em zonas de campos agricultados, baldios, matos, florestas, determina que o visitante urbano se depare com um espaço que funciona tendo como meta e recurso o próprio turismo. Buscando o contacto com uma paisagem distinta da do seu quotidiano, em que se plasmaria a alteridade, sob a forma de aldeias ou quintas, terras de vale ou alturas da serra, reserva de pastagens, bosques e animais, confronta-se afinal com uma outra realidade. Um mundo que caminha no sentido de espelhar os valores que traz enquanto turista ou reflectir a representação que as comunidades locais se fazem do que deverá ser uma paisagem, um bem e um serviço procurados por um visitante oriundo de um centro urbano nacional ou de um país remoto.

Vilas, aldeias, quintas, caminhos. Área agricultada e incultos. Como se estabelece o equilíbrio em cada período histórico entre estas várias componentes, de que forma a paisagem reflecte o balancear entre épocas em que o pastoreio ganha em importância ou recua, a agricultura alarga o leque de cultivos ou se especializa em determinada cultura, em que a área de monte se mantém por vastas áreas ou, pressionada pelo aumento demográfico, cede por vezes drasticamente perigando um equilíbrio vital para a produtividade dos campos. Trata-se de perceber o complexo jogo do aproveitamento de recursos ligado às estratégias de sobrevivência de uma *comunidade de vida* que combina, tantas vezes, a agricultura e a pastorícia com a exploração dos produtos silvestres, o fabrico de bens essenciais, como a olaria, a cestaria, a tecelagem..., a exploração de minérios, o comércio. Por vezes, atingido um dado ponto de equilíbrio na exploração de um conjunto de recursos, perdurará por centúrias. Noutras ocasiões, há rupturas evidentes. Em qualquer caso, a interacção com outras comunidades mais ou menos distantes desempenha papel importante nem sempre fácil de discernir. Como poderíamos, por exemplo, prever, que o trabalho sazonal no Douro Superior e vale do Côa, teria sido um complemento fundamental para a estratégia de vida de tantas famílias das franjas orientais da serra da Peneda presas a manchas de terras escassas e ainda assim de fraca produtividade? Para citar um ou outro exemplos avulsos, constatámos que vários

homens naturais da freguesia e concelho de Castro Laboreiro foram sepultados nas igrejas da região nas primeiras décadas da centúria de Oitocentos. Em Março de 1806, um castrejo vai a enterrar na Misericórdia da Vila de Sortelha, dois outros, no mesmo mês e ano, na Matriz de Torre de Moncorvo; em Fevereiro de 1807, Pedro, natural do lugar das Cainheiras, Castro Laboreiro, morre em São Bento da Meda; quatro anos depois, já no mês de Maio, outro castrejo é sepultado em Longroiva, enquanto em Janeiro e Fevereiro de 1819 são sepultados dois na igreja de São Pedro de Marialva. Morriam lá para onde tinham migrado no Outono escapando aos rigores do Inverno serrano que impedem outros trabalhos e invalidam o sustento. Voltariam na Primavera não fora depararem antes disso com a doença ou o infortúnio e repousarem para sempre nas terras mais brandas do Nordeste tantas vezes *sem testamento por ser pobre* (Registo Paroquial, óbito em Torre de Moncorvo de Francisco Gonçalves, natural da vila de Castro, em 24 de Janeiro de 1816). Talvez o desenvolvimento da investigação permita que um dia possamos ligar com fios seguros importantes migrações de homens do Alto Minho aos vários períodos de expansão da vinha nas diferentes regiões do Douro.

A paisagem guarda em si marcas das sucessivas formas de apropriação e utilização do território que estiveram subjacentes à sua formação e transformação. Interpretar essas marcas é desvendar a vida das pessoas que o habitaram e moldaram ao seu jeito. Uma observação cuidada permite que saibamos ajuizar da importância de determinado caminho ao longo da Época Moderna pela presença de cruzeiros e alminhas que o pontuam, ou presumir a relevância de uma outra via que ditou a construção, na baixa Idade Média, de uma capela de apoio aos viandantes. Avaliar períodos de prosperidade agrícola pela imponência dos solares rurais, etapas de retorno de uma emigração mais violenta pelo surto de caprichosas construções *à brasileira*, casas orladas pela quase inevitável palmeira que trouxeram o colorido e exotismo às sedes de concelho ou freguesia. Percebemos na paisagem a vida e morte dos povoados – abandono de aldeias e lugarejos, criação de vilas, construção de quintas, despovoamento de centros urbanos... – ao sabor de variações demográficas, decisões políticas, modificações económicas que procuramos identificar. As mais recentes marcas neste território falam-nos de uma barragem que foi interrompida e, sob a forma de cercas, centros de interpretação, sinalizações, da criação de um Parque Arqueológico que muito nos elucidam sobre o *modus vivendi* de um tempo em que o património e a arte se erigiram em valores cimeiros.

No entanto, é também sob o nosso olhar que se observa hoje uma movimentação desusada em franjas deste território do norte e centro orientais do país: solos revolvidos por potente maquinaria que, num ápice, transforma destinos seculares de campos e encostas em novos usos, ora enveredando por rumos de continuidade, como seja plantando vinha, ora impondo à paisagem feridas profundas, extraindo saibros desordenadamente, plantando manchas contínuas de eucaliptos e pinheiros, alagando extensos vales cujos campos, tornados improdutivos, se transformam em reservatórios de água ou energéticos. Outras vezes, a nova apropriação do território manifesta-se no abandono de espaços até aí intensamente aproveitados e os matos ganham terreno, galgando encostas, dissimulando antigos socacos, ruínas de moinhos, levadas, calçadas que as novas vias fizeram inúteis. Por vezes a agressividade das marcas que são impostas espelham de uma forma muito evidente regimes artificiais de exploração do território votados a duração efémera: especulação ou aproveitamento impróprio como seja vedando áreas outrora destinadas a vinhas e olivais que se arrancaram ao sabor de um prometido subsídio para introdução de cabeças de gado que um novo óbolo convidará a abater. Noutros casos, extensões de campos aos quais se exigiu uma produtividade impossível – chamados a alimentar um número desusado de gentes que, objectivamente, não comportavam, quando a partir do século XVIII a curva demográfica teimou em ascender assustadora e ininterruptamente – tenderão a transformar-se em incultos, coutadas de caça, ordenados em função de um novo tempo em que,

dos centros urbanos, os caçadores virão em dias certos procurar esta forma tão genuína quanto contraditória e funesta de contacto com a natureza no interior do país. No entanto, a despeito das múltiplas e profundas transformações protagonizadas pelas sucessivas gerações que habitaram a área delimitada agora como Parque Arqueológico, desde a época em que a monarquia se consolida e em que as terras do Ribacôa incorporam firmemente o território nacional, por um período que ultrapassa o meio milénio o modo de vida não sofreu alterações de natureza, o sustento mantém-se preso à terra. (E se em certos casos se verificou recentemente um recuo das áreas agricultadas, a presença de algumas culturas importantes e particularmente o prestígio da vinha, poderão perpetuar no interior do Parque uma relevante vocação agrícola.)

○ Parque Arqueológico tem como mais-valias a presença do património ímpar que as gravuras paleolíticas representam, uma paisagem rural que ainda *vive* – e num ou outro caso saudavelmente – e que ordenou um vale tão belo quanto diversificado, e uma sequência longuíssima de ocupação humana que marcou todo o território. É assim possível conciliar idealmente actividades pré-existentes com um turismo que procura a arte das gravuras e que poderá estender o seu interesse a toda a área envolvente – desde que devidamente interpretada, cada calçada, cada ponte, cada aldeia, tem uma fascinante e grada história a contar – trilhando caminhos que não sente rasgados à sua medida mas há muito utilizados por camponenses, pastores, moleiros e que o novo uso turístico e de passeio acrescenta mas não desvirtua. Olhará uma paisagem e uma terra que, ao invés de ser ordenada à sua medida, continua a operar na quietude incomparável da atmosfera, essa sublime transubstanciação da agrura dos solos na doçura dos azeites e dos vinhos e da esteva que rescende.

Alexandra Cerveira Pinto S. Lima